

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**A AGROINDÚSTRIA DE PRODUTOS ORGÂNICOS: NEGÓCIOS ALTERNATIVOS  
PARA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL COM VISTAS À AGREGAÇÃO DE  
VALOR.**

**CURITIBA**

**2015**

**RICARDO AGOSTINI PASCHOAL**

**A AGROINDÚSTRIA DE PRODUTOS ORGÂNICOS: NEGÓCIOS ALTERNATIVOS DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL COM VISTAS À AGREGAÇÃO DE VALOR.**

**Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Agronegócio no curso de Pós-graduação em Agronegócio Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Profa. Dra. Melissa Watanabe**

**CURITIBA  
2015**

## SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1Objetivo geral.....	10
1.2Objetivo específico.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Imagem fotográfica da região do Município de Santa Rosa de Lima, SC.....	22
Figura 2- Produtos da Linha Agreco.....	24

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRECO	Associação dos agricultores ecológicos das encostas da serra geral
BRF	Brasil foods
CNPQ	Conselho nacional de pesquisa
CEPAGRO	Centro de estudos e promoção da agricultura em grupo
COPAFAC	Cooperativa de produção agroindustrial familiar de Concórdia
COPERAGRECO	Cooperativa dos agricultores ecológicos das encostas da serra geral
DESENVOLVER & APACO	Projeto de agroindústrias associativas dos agricultores familiares do oeste catarinense.
ECOCERT	Organismo de inspeção e certificação
EPAGRI	Empresa de pesquisa agropecuária de SC
FAO	Organização das nações unidas para alimentação e agricultura
GIDAFEC	Grupo de pesquisa interdisciplinar em desenvolvimento, agricultura familiar e educação do campo
IFOAM	Instituição internacional de agricultura orgânica
IBD	Instituto biodinâmico
INCRA	Instituto nacional de colonização e reforma agrária
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
PRONAF	Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar
SEBRAE	Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas
UFSC	Universidade federal de santa catarina
UNESC	Universidade do extremo sul catarinense

## RESUMO

O tema abordado no presente estudo trata dos negócios alternativos da pequena propriedade rural, que busca-se alternativas que atendam a sustentabilidade econômica, ambiental e de saúde do pequeno agricultor. Pesquisou-se uma realidade no Município de Santa Rosa de Lima no Estado de Santa Catarina. Neste sentido este estudo teve como objetivo geral descrever a Organização Social de uma Agroindústria de Produtos Orgânicos, o alcance comercial dos produtos fabricados e se tem atendido os objetivos econômicos das famílias envolvidas. A cooperativa estudada é a Agreco, que insere-se no contexto de cooperativa descentralizada, modelo contemporâneo quanto ao cooperativismo. A metodologia é qualitativa e dividida em duas etapas: a pesquisa bibliográfica, realizada para o embasamento sobre o assunto abordado e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo foram utilizadas entrevistas com instrumento semi-estruturado, observação participante, entrevista livre e visita guiada. O resultado da pesquisa é a comprovação positiva para este modelo de produção/comercialização, cooperativismo descentralizado. A saúde segundo os entrevistados foi beneficiada, pois a agricultura convencional com utilização agrotóxicos foi em grande parte abandonada e a migração de jovens sensivelmente reduzida.

Palavras Chave: Agroindústria de produtos orgânicos; Negócios alternativos da pequena propriedade; Cooperativa descentralizada.

### **ABSTRACT**

The subject of the present study deals with the alternative business of smallholders, which seeks to alternatives that aim at sustainable economic, environmental and health of smallholders. The survey involved a reality in the municipality of Santa Rosa de Lima in the State of Santa Catarina. Thus, this study aimed to describe the Social Organization of Agribusiness of Organic Products, the commercial range of products manufactured and has achieved the economic objectives of the families involved. The study is the cooperative Agreco that in the context of decentralized cooperative, contemporary model as the cooperative. The methodology is qualitative and divided into two parts: a literature survey, conducted for the foundation on the subject matter and the field research. The field research interviews were used with semi-structured instrument, participant observation, interview and free guided tour. The search result is positive evidence for this production model / sale, decentralized cooperative. For the health, according to the interviewees benefited because conventional agriculture using pesticides was largely abandoned and the reduction of migration of young people.

**Keywords:** Agribusiness of organic products; Alternative business on smallholders; Decentralized cooperative.

## 1. INTRODUÇÃO

A Agreco é uma agroindústria particularmente formada por pequenos agricultores familiares, a qual a força de trabalho é da família e apenas em algumas unidades agroindustriais como o abatedouro de frango é que exige mão de obra temporária.

A base de sua agricultura é a agroecologia, prática que vem adotando desde 1996, em que a comunidade trocou a base não orgânica da fumicultura, que exigia insumos convencionais pelo orgânico.

A opção da Agreco foi utilizar as vantagens da Cooperativa descentralizada, a mesma se enquadra nos moldes em que foram criadas as primeiras cooperativas descentralizadas, como por exemplo, a COPAFAC do oeste catarinense (DORIGON,2008) .

Com custos reduzidos para o produtor e vantagens quanto a compra de insumos. A venda organizada, com logística própria de distribuição e a possibilidade de garantir um produto com menor perecibilidade, visto que o mesmo está processado, garantem o sucesso comercial com um grande alcance territorial.

A Agroindústria de produtos orgânicos insere-se na nova sistemática urbano, (ABRAMOVAY,2001), ou seja, vê-se o nascimento de uma economia baseada nas qualidades específicas, que exprimem a preocupação com a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos, outrossim, comprova a sustentabilidade do negócio, que é o grande mote deste trabalho, visto que não houve emigração no período pesquisado e até mesmo com o retorno de pessoas que haviam deixado à atividade rural.

A Europa representa 7% do mercado mundial de alimentos orgânicos, movimentando cerca de US\$ 20 bilhões, com uma taxa de crescimento de 8% ao ano (GAZETA MERCANTIL, 2000). Projeções bastante otimistas utilizando esses mesmos dados, Mascarenhas e Biscaro (2000), apontam taxas de crescimento entre 6, 15% e 25% nos anos subsequentes. Isso significa que a produção de orgânicos em 2005 seria responsável por 10% e em 2010 por 30% do total de alimentos produzido na Europa. Segundo o IFOAM, instituição internacional de agricultura orgânica, mostra que estes números foram suplantados, em 2011, 37,2 milhões de

hectares de terrenos agrícolas foi destinado à produção do mercado mundial de alimentos e atingiu U\$62,9 bilhões (IFOAM, 2013).

Em 1999, o Instituto Biodinâmico (IBD) estimou a existência de cerca de 17 mil produtores certificados no mundo, sendo 10 mil na Europa, 6.5 mil nos EUA e 2 mil nos outros países (BANCO DO BRASIL, 1999).

Nesse mesmo ano, as vendas de produtos orgânicos na União Europeia, Estados Unidos e Japão excederam a US\$ 10 bilhões. A Alemanha é o maior mercado na Europa com um terço da comercialização de orgânicos e o segundo do mundo, depois dos Estados Unidos. Os outros principais mercados são França, Inglaterra, Holanda, Suíça, Dinamarca e Itália. Os segmentos de orgânicos que apresentam maior crescimento na Europa são frutas frescas, vegetais, produtos lácteos, cereais, pães e alimentos para bebês. O mercado europeu de orgânicos depende em grande escala de importações, entre os países da própria União Europeia, dos países do mediterrâneo e da América Latina (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 1999). O Brasil figura como o sétimo colocado mundial no fornecimento de produtos orgânicos para a União Europeia (CARMO, 1999).

A Argentina tem consolidado sua posição de líder mundial no cultivo e comercialização de produtos orgânicos, com mais de três milhões de hectares certificados. Grande parcela dessa área é de pastagens. As vendas totais destes produtos tiveram uma alta de 23% entre 1999 e 2000. O destino principal foi o mercado internacional, responsável por 87% das vendas. Os produtos industrializados tiveram um aumento de 200% entre 1999 e 2000, devido principalmente ao açúcar (GAZETA MERCANTIL LATINO-AMERICANA, 2001).

Este nicho de mercado de produtos orgânicos, em sua produção demanda características específicas de sistema produtivo e uma destas características é ser bastante demandante de mão de obra. Por isto, sua produção vem ganhando força na produção em pequena escala e em propriedades rurais de pequeno porte. Desta forma, acaba se tornando um negócio alternativo com um valor agregado maior, visando uma remuneração maior a este produtor rural, com vistas à geração de emprego e renda (SILVA; GROSSI, 2012).

Considerando o panorama exposto, o estudo de caso proposto tem como pergunta de pesquisa: De que forma ocorre a organização social de uma agroindústria de produtos orgânicos, de pequena propriedade no Estado de Santa Catarina?

## **2 OBJETIVO**

O objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho estão dispostos nos itens abaixo que tem o foco principal a organização social de uma agroindústria de pequeno porte, seu formato, e características principais no intuito de um entendimento de suas funções e objetivos.

### **2.1 OBJETIVO GERAL:**

Descrever a Organização Social de uma Agroindústria de Produtos Orgânicos do Estado de Santa Catarina.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

2.2.1- Descrever as características do cooperativismo descentralizado, seus pontos fortes e fragilidades existentes.

2.2.2. -Analisar os objetivos das famílias e se tem auxiliado à sustentabilidade dos produtores rurais associados à agroindústria de produtos orgânicos e portanto evitando a migração dos jovens.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

Os princípios que caracterizam os agricultores familiares e os distinguem da agricultura patronal foram determinados a partir de alguns critérios criados pelo Convênio INCRA/FAO. Segundo o referido convênio, uma unidade produtiva é enquadrada como de agricultura familiar se apresentar duas condições fundamentais: a direção dos trabalhos exercida pelo produtor e a mão-de-obra familiar superior ao trabalho contratado; portanto, o principal fator que caracteriza esta agricultura é a predominância da força de trabalho familiar.

Segundo dados de 1998 do IBGE, o maior ramo de atividade da população ocupada com mais de 10 anos é a atividade agropecuária. Na região sul, uma comparação entre agricultura familiar e patronal, indica que 90% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, somando 44% das áreas agrícolas (o restante é de agricultura patronal) e mesmo com menor área ocupada apresenta 57% do Valor Bruto de Produção (valor da produção animal/vegetal obtida

somando o autoconsumo), revelando a importância social e econômica das famílias rurais (IBGE,2015). A agricultura familiar tem a característica de possuir pequenas e médias unidades produtivas, diversificadas e cultivadas pela mão-de-obra familiar com a finalidade tanto de autoconsumo quanto de comercialização, estando, portanto, a família, o trabalho e a propriedade intimamente ligados, sendo o agricultor ao mesmo tempo produtor e empreendedor.

#### **4.1 Um Novo Paradigma para a Agricultura**

Desenvolvimento sustentável é um termo complexo, embora trate de um tema abordado globalmente, seu significado não está claramente definido. Há diferentes maneiras de compreensão do termo sustentabilidade, dependendo do paradigma que se tem por base para conceituar a expressão (PENEIREIRO, 2006).

Formas insustentáveis de administrar a base natural da civilização estão em quase todo o mundo, de forma mais ou menos intensa, na agricultura e nas indústrias (KHATOUNIAN, 2001). No contexto agrícola, a agricultura baseada nos insumos químicos industriais está destruindo a base natural da produção com a desertificação, a salinização, a poluição generalizada da água, dos solos e do próprio homem e com o esgotamento dos recursos naturais.

Ao longo do seu desenvolvimento a agricultura transformou os ecossistemas naturais, simplificando-os e privilegiando poucas espécies, o que resultou na redução da diversidade biológica e na aplicação de insumos externos como fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, o que reflete num dos principais impactos da agricultura no ambiente (BOLFE et al., 2003). A busca por uma agricultura livre de insumos químicos é parte de uma busca maior e global em torno do desenvolvimento sustentável, na tentativa de conciliar as necessidades econômicas e sociais da população com a conservação da natureza. Para isto é necessário um rompimento com o modelo básico de produção agrícola (convencional), baseado na destruição e na simplificação/uniformização dos agroecossistemas, e seguir com esforço pelo caminho da reconstrução ecológica da agricultura, orientada pelo modelo da natureza.

Desde a década de 60, com o início do movimento ambiental, a postura do ser humano perante a natureza vem mudando, (KHATOUNIAN, 2001; ALTIERI, 2002). As constatações de poluição, a exaustão de reservas de importantes

recursos naturais e as alterações climáticas repercutem gradativamente numa mudança de atitude da humanidade no caminho de uma relação mais harmoniosa, de convívio e respeito com o meio ambiente. Neste âmbito, o modelo de produção baseado em insumos químicos e os estudos com desenvolvimento rural instigaram um grande número de reações em busca do desenvolvimento de meios de produção mais naturais, surgindo assim escolas de agricultura ecológica em todo o mundo. Khatounian (2001) fez um apanhado sobre tais escolas: biodinâmica, agroecológica, orgânica, natural, biológica, alternativa, permacultural, sustentável, orgânica como coletivo e, ecológica. Para o autor, “as várias escolas surgidas no processo vão sendo coletivamente chamadas de agricultura orgânica, e sua definição fica claramente expressa em normas; as diferenças entre as escolas tende a se diluir através do intercâmbio de experiências envolvendo conceitos, práticas e produtos”.

#### **4.2 Comercialização:**

Dentro do movimento orgânico há uma ideia bastante forte de que a comercialização dos produtos deve ser de base local, contribuindo assim para a economia local e criando vínculos sociais e econômicos mais robustos, através do que atualmente se conceitua com cadeias curtas. Segundo Khatounian (2001) “o negócio é ser pequeno” e as vias de comercialização diretas são o caminho para o fortalecimento da economia local. No entanto, apesar de os problemas ambientais atribuídos ao modelo convencional de agricultura terem criado um mercado para os produtos produzidos ecologicamente, existem grandes dificuldades dos produtores com a organização para a comercialização e uma forte pressão para a comercialização com supermercados, o que causa um confronto com a filosofia de comercialização direta (consumidor-produtor). Um aspecto que diferencia a comercialização dos supermercados e a comercialização direta é o volume de produção no tempo, um agricultor que produz para a feira, por exemplo, oferece produtos diversificados e com volumes variados a cada semana enquanto os supermercados exigem uma oferta regular em quantidade e variedade. Para Khatounian (2001) há uma compressão da renda dos pequenos agricultores decorrente dos preços ditados pelo mercado e pela intermediação comercial o que é um forte obstáculo à evolução socioeconômica e técnica dos seus sistemas, o qual

pode ser, em princípio, resolvido pela organização dos agricultores para comercialização conjunta.

A realidade é que muito além de produzir alimentos orgânicos, os agricultores necessitam estabelecer entre si relações mais estreitas que favoreçam a formação de grupos organizados e que unidos possam trabalhar com a problemática da comercialização buscando soluções e caminhando na direção do fortalecimento da economia local. A busca por soluções inclui um esforço conjunto dos agricultores em busca do encurtamento do caminho entre produtor e consumidor, tendo neste ponto o consumidor como importante componente, o qual também precisa se reeducar frente os padrões de consumo. Além disto, a agricultura familiar precisa contar com políticas públicas de fomento e apoio técnico para o fortalecimento do setor de comercialização local. Outro ponto de destaque na comercialização é a certificação dos produtos, que visa garantir a qualidade dos produtos dentro de critérios estabelecidos por lei. No Brasil o Decreto de Lei dos orgânicos, lançado em dezembro de 2007 veio preencher uma lacuna que existia em relação as normas para a produção de orgânicos no país e conseqüentemente em relação a certificação.

#### **4.3- Novas alternativas para a Comercialização**

A Constituição de Cooperativas Virtuais tem seu modelo e início no oeste catarinense. A constituição da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia (COPAFAC) fundada em 12 de novembro de 1999 com 28 associados, todos agricultores familiares, os quais detinham uma rede de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte. Esses estabelecimentos visavam à transformação e comercialização de produção agroindustrial, assim como a produção de bens e serviços, de forma a gerar oportunidades de trabalho e renda. A COPAFAC se transformou num forte instrumento de organização social da agricultura familiar, de legalização e de inclusão dos pequenos empreendimentos, possibilitando o acesso ao mercado formalmente, de forma aberta e participativa.

A COPAFAC se caracteriza como uma cooperativa descentralizada e se enquadra na legislação como uma cooperativa singular, que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades da agricultura familiar. Nessas cooperativas

as unidades de produção estão localizadas nas propriedades ou nas comunidades dos cooperados, portanto, descentralizadas da sede da cooperativa.

Os empreendimentos nas cooperativas descentralizadas são construídos com recursos dos próprios cooperados interessados na operacionalização da unidade de produção e não se constituem em capital da cooperativa. Em consequência, se houver a desistência de um cooperado ou de um grupo de cooperados, paralisando as atividades do empreendimento, esse fato não causará impacto nos compromissos financeiros da cooperativa e nem para o conjunto de associados, devendo a cooperativa buscar novos cooperados para suprir os possíveis problemas de produção.

Entretanto, para efeito legal, perante as legislações sanitária, tributária, fiscal, ambiental e trabalhista, essas unidades são repassadas à cooperativa por meio de um contrato de comodato, o que as torna, na prática, de direito, em unidades operacionais descentralizadas da cooperativa (não são filiais). O contrato de comodato poderá prever um período determinado de funcionamento, que findo poderá ou não ser renovado.

Quando as cooperativas constituírem filiais, o contrato de comodato continuará existindo, como forma de repassar as unidades operacionais para as filiais, contudo, o Ministério da Agricultura, exige que o endereço do CNPJ seja o mesmo da unidade de processamento. Nesse caso, obrigatoriamente, a cooperativa deverá constituir filiais para se adequar a essa condição legal. As unidades que se enquadram nesta condição são as seguintes: todas as unidades de origem animal que queiram obter SIF(Serviço de Inspeção Federal), unidades produtoras de bebidas, licores e polpas e unidades de beneficiamento de grãos.

A sede administrativa das cooperativas descentralizadas geralmente está situada em uma das unidades operacionais, ou em local cedido por Sindicatos, ou ainda, em um pequeno escritório de propriedade da cooperativa. As cooperativas descentralizadas têm um modo específico de funcionamento, quanto ao processo produtivo, o agricultor sócio da cooperativa trabalha na sua unidade agroindustrial que, por meio de um Contrato de Comodato de Seção e Uso, foi repassada para a cooperativa. Contudo, o associado determina o quanto, como e quando irá produzir.

Nesse modelo de cooperativa não existe vínculo empregatício entre a cooperativa e seus cooperados. A prestação de serviço dos associados nas

unidades de produção não gera problemas trabalhistas, desde que todos familiares que trabalham nestas pequenas agroindústrias sejam sócios da cooperativa. Quando uma unidade de produção necessitar contratar funcionários, a contratação deverá ser feita por meio da cooperativa e não pelo associado pessoa física. Nessas condições, o cooperado não perde a condição de segurado especial junto ao INSS para fins de aposentadoria e outros benefícios como a venda para Programas Governamentais de apoio a Comercialização (EPAGRI; DESENVOLVER & APACO, 1999).

O processo de comercialização é realizado pelo próprio agricultor familiar que faz a entrega do produto no mercado e realiza a cobrança, em nome da cooperativa, do produto que vendeu. Para que essa condição seja realmente efetiva, é necessário que alguns valores como participação, transparência e honestidade sejam praticados. A cooperativa poderá adotar a figura do articulador de vendas, um associado da cooperativa que faz a pré-venda de todos os produtos produzidos pelas diversas unidades operacionais pertencentes a cooperativa. O preço de venda é discutido entre o articulador e os associados e é com esse preço que o produto chega até o mercado, não se permitindo que o articulador venda o produto em outras condições sem antes consultar o associado. Os associados desses empreendimentos se reúnem para discutir e resolver problemas que são comuns a todos, analisam custos de produção das suas unidades em função da maior ou menor demanda de produto, avaliando a possibilidade de inclusão de novos associados (DORIGON, 2008).

A cooperativa descentralizada é uma forma eficiente e eficaz para qualificação, diferenciação dos produtos e redução dos custos de produção, além de oportunizar a aquisição conjunta e organizada dos insumos, embalagens, matérias-primas e equipamentos para as unidades agroindustriais da cooperativa. Estrutura Fundiária: Segundo Mior et al. (2014) a agricultura familiar tem se constituído na base social da economia agrícola de Santa Catarina. Informações do Censo Agropecuário mostram que do total de estabelecimentos do estado no ano de 2006 (193.668), mais de 168 mil foram classificados como estabelecimentos da agricultura familiar, com 87% do total, o que faz de Santa Catarina uma das unidades da federação com os maiores percentuais de agricultores familiares do Brasil. Em relação à estrutura fundiária predominam estabelecimentos com pequena área, onde 65% possuem menos de 20 há e 69,3 mil (36%) tem menos de 10ha de área total.

Em 2006, eram 570 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários catarinenses.

#### **4.4- O Perfil das Agroindústrias Familiares instaladas no Estado de Santa Catarina.**

A transformação de produtos de forma artesanal faz parte da tradição e da cultura dos colonos migrantes (de etnia alemã, italiana, polonesa) que se instalaram em Santa Catarina a partir do século XIX. A princípio o objetivo principal era o consumo da família, entretanto muitos vendiam enquanto não comprometia a segurança alimentar da família. Os principais produtos elaborados na cozinha das próprias moradias eram queijo, manteiga, embutidos de carne suína (salames, linguiças), banha de porco, açúcar mascavo; geleias de frutas, pães e bolachas caseiras. A atividade de processamento de alimentos deve ser vista como parte integrante da própria lógica da agricultura familiar. A dimensão das agroindústrias familiares rurais catarinense: o significativo número de 1.894 agroindústrias cadastradas por meio deste levantamento é o primeiro indicativo da importância deste tipo de atividade para milhares de famílias rurais catarinenses. A concentração dos empreendimentos na região Oeste (1.065) chama a atenção já que também é essa região que concentra os grandes conglomerados agroindustrial de suínos, aves e mais recentemente, leite. Outro ponto que merece destaque é o significativo número de pessoas envolvidas, que chega a 7.101, o que evidencia a importância sócio econômica da agro industrialização na geração de oportunidades de ocupação de mão de obra e geração de renda no meio rural. Em termos econômicos o valor bruto da produção agroindustrial nos 1894 estabelecimentos agroindustriais foi de R\$136 milhões no ano de 2009. As cadeias do leite, frutas e derivados, suínos e derivados e massas, panificação destacam-se alcançando cerca de 50% do total do estado.

As mesorregiões com maior concentração de agroindústrias se caracterizam pela força de uma agricultura familiar de pequena escala diversificada e o processamento de produtos para o consumo familiar. No oeste convivem duas dinâmicas de desenvolvimento, uma (dominante) tem por base a verticalização da produção por grandes conglomerados de setor de carnes (BRF; Aurora; Seara);

outra (nas sombras do regime sociotécnico hegemônico) surge pela constituição de redes horizontais que se formam a partir de inúmeras iniciativas de agregação de valor, dentre elas, as agroindústrias de base familiar ( WILKINSON et al., 2011).

Ao reconhecimento da importância quantitativa dessas agroindústrias se alia o da sua diversidade no processamento de matérias-primas, o que reflete um histórico de tradição “saber-fazer” com distintos produtos e amplia as possibilidades de inserção nos mercados a partir da oferta de uma cesta de produtos. Mesmo com essa diversidade nas distintas regiões, pode-se destacar a maior importância relativa de algumas cadeias. As agroindústrias de leite, suínos, ovos e cana de açúcar, por exemplo, se destacam no Oeste, o que tem relação com a tradição de produção destes produtos pelos agricultores da região. Os engenhos de mandioca e a respectiva produção de farinha, por sua vez, são atividades centenárias da cultura e do modo de vida dos colonizadores da região Sul catarinense. Já no norte catarinense cresce em importância a produção de derivados de frutas e também de produtos de panificação. No Vale do Itajaí se revela uma gama diversa de produtos da agroindústria familiar.

#### **4.5 Caracterização social e econômica dos empreendimentos:**

As 1894 agroindústrias familiares, geraram 7.215 postos de trabalho diretos e movimentaram no ano de 2009 cerca de R\$140 milhões em comercialização, uma média de R\$ 72 mil por agroindústria. Isso contribui para explicar porque 82% dos responsáveis pelas agroindústrias se disseram satisfeitos com a atividade. As cadeias do leite, frutas e derivados, suínos e derivados, massas e panificação se destacam ao alcançar 50% do valor econômico gerado. A agroindústria do leite e derivados é a de maior expressão econômica, com 17% de participação. Com 12,1% aparece a de frutas e derivados e com 10,2% a de suínos e derivados (MARCONDES et al., 2012). Essa dinâmica parece estar relacionada à escala de produção e ao valor agregado diferenciados de cada uma das cadeias produtivas. Segundo Marcondes et al. (2012), outro ponto relevante é que 45% das agroindústrias que já tem mais de 5 anos de existência o que indica uma trajetória sustentável ( no contexto de pequenos negócios). Igualmente se observa que muitas são recentes (22% tem menos de três anos) revelando um intenso dinamismo na constituição destes empreendimentos, que se tornam nova alternativa de trabalho e

renda para muitas famílias rurais e, notadamente, para permanência de jovens agricultores no meio rural. Ferrari (2011) instiga refletir sobre a formação de redes sociais em que estão imersas essas unidades econômicas. Na sua perspectiva, as redes sociotécnicas estruturadas a partir de “projetos” externos, com o amadurecimento dos processos, alinham-se com as redes sociais historicamente construídas pelos agentes locais, pois quando se trata de construir relações com os mercados, a aparente individualidade dos empreendedores se dilui, e se conformam estruturas ou redes de mercantilização via associações e cooperativas. Mesmo nas agroindústrias individuais familiares, 36% delas estão inseridas nestas redes.

Na maior parte dos casos são os próprios agricultores empreendedores que realizam a venda e entrega dos produtos aos seus clientes, por meio de rotas organizadas de forma sistemática e que são realizadas semanalmente ou quinzenalmente. As relações são construídas por meio de dispositivos mercantis que permitem uma aproximação entre produtor e consumidor, com destaque para as vendas diretas, em pequenas casas de varejo (mercados, mercearias, padarias), em redes de supermercado e no mercado institucional. A diversificação dos dispositivos mercantis é uma estratégia recorrente utilizada pelos agricultores, tanto para produtos “in natura” quanto para aqueles processados nas agroindústrias familiares. A expressiva participação das vendas diretas ao consumidor e em pequenos negócios nas diferentes regiões dá claros indicativos de que estes circuitos curtos fazem a(re) conexão do produtor e consumidor em novos espaços mercantis que são socialmente construídos por meio de ações econômicas localizadas, imersas em uma rede de relações sociais que atravessam o espaço e o próprio tempo. Esses mercados acabam sendo prolongamento das relações familiares, de amizade e de pertencimento. São vendas que se repetem em contatos diretos e que confirmam a reputação de um produto e sua qualidade a partir da confiança gerada nesta relação.

Com a modernização da agricultura resultante da revolução verde, o meio rural viveu tempos em que a desigualdade social assombrava os pequenos produtores que não conseguiam se enquadrarem nos moldes modernos de produção, hoje esses produtores conseguiram reconhecimento governamental e categorizado como agricultores familiares, que tem como característica o fato de que a família é proprietária dos meios de produção e responsável pela execução do trabalho agrícola no meio produtivo.

Os maiores problemas enfrentado pelos agricultores tem sido a dificuldade para formalizar seu empreendimento. Estevam, Lanzarini e Busarello (2013), acreditam que o rigor da vigilância sanitária, os altos custos tributários e a dificuldade para manter a escala de produção são barreiras que precisam ser superadas pelos produtores a fim de alcançar a legalidade. O Microempreendedor individual e o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) como duas formas possíveis para a legalização do empreendimento agrícola, visto que ambas tem fácil acesso, garantem o abrigo jurídico, diminuem a burocracia, possuem taxas tributárias mais vantajosas que as demais alternativas.

De acordo com Busarello (2013), o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) é uma solução adequada para a agricultura, extingue a figura do atravessador e cria uma relação direta entre produtor e consumidor fazendo com que custos desta transição seja mais baixo e permite ao agricultor a produção de diversos produtos, levando este a conquistar novos mercados.

Já o Microempreendedor Individual é uma alternativa atrativa em função da baixa tributação e facilidade de adesão (BUSARELLO, 2013).

#### **4.6- Perfil Socioeconômico dos consumidores das feiras livres municipais da agricultura familiar na região sul catarinense.**

No Sul do Estado de Santa Catarina, numa parceria envolvendo o GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo) e a EPAGRI, estão sendo desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão a fim de abrir novas possibilidades de inserção de produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar através das Cooperativas Rurais Descentralizadas, associações de artesões, entre outros. Estas ações visam colaborar na construção de espaços coletivos de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, em Feiras Livres de Economia Solidária, vendas em Programas Institucionais e no mercado local. Entre os mercados que tem revelado maior potencial, destacam-se aqueles associados a determinadas especialidades de nicho, artesanais, orgânicos e solidários e os chamados “mercados institucionais”, relacionados à aquisição de alimentos por entidades governamentais. Estes mercados são organizados por uma grande variedade de produtos diferenciados e

fortemente enraizados no local, com prevalência de cadeias curtas e valorização de características qualitativas particulares (WILKINSON, 2008). Ou seja, vê-se o nascimento de uma nova economia baseada nas qualidades específicas, que exprimem a preocupação com a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos no âmbito da produção e do consumo, fundamentados num amplo e diversificado conjunto de valores que redefine o conteúdo das relações econômicas e sociais (GOODMAN, 2003)

Esse grupo vem estudando três feiras livres, de Criciúma, de Forquilha e da UNESC-Criciúma, chegou a conclusão que com o consumo de produtos tradicionais é possível gerar continuidade no processo de transformação da propriedade rural. Através de sistemas de produção alternativos gerando benefícios ao consumidor, ao produtor e ao desenvolvimento local. As feiras livres têm o desafio de conquistar o reconhecimento de um público maior de consumidores/as com produtos diversificados e com qualidade diferenciada e que atenda os atributos de saúde, sabor e cultura. Na pesquisa se constatou a interatividade entre produtores e consumidores, podendo se afirmar que há um re-enraizamento neste processo, uma tendência de um contra movimento ao desenraizamentos do sistema agroalimentar, pois as feiras parecem promover a valorização de alimentos com qualidades diferenciadas. A emergência das Feiras na região tem possibilitado ao consumidor local adquirir produtos, a partir da interação face a face com os produtores. A compra na feira de produtos, pela proximidade produtor e consumidor possibilita, entre outras questões, o estabelecimento de uma relação de confiança.

#### **4.7 Brasil Rural na Virada do Milênio: Encontro de Pesquisadores e Jornalistas.**

Quando se diz a um jornalista que a agricultura familiar responde por 38% do valor bruto da produção e que 77% da mão-de-obra ocupada no campo está nesse segmento, ele espanta-se e é difícil que acredite. Ele fará alguns minutos de reflexão e, certamente, voltará ao tema da soja, do crédito, da carne e as outras questões, todas elas, em grande medida, relacionadas à agricultura patronal.

Para esse contexto a agricultura familiar pode ser a grande geradora de emprego. A agricultura patronal tem a sua funcionalidade, mas, seguramente, ela não é empregadora tanto quanto é a agricultura familiar.

A estatística atual continua mostrando que realmente há cada vez menos gente no “lugar” entendido como rural, ou seja, a roça, a pequena fazenda ou mesmo a grande empresa agrícola que utiliza cada vez menos mão de obra. Esse é apenas um aspecto da migração que retrata o deslocamento da população para outras localidades onde existem melhores alternativas de renda ou serviços. Mas esse novo espaço, necessariamente, não é uma cidade ou centro urbano. No Brasil é assim considerado devido ao critério de subdivisão meramente espacial dos municípios, critério utilizado em poucos países. Somente quatro países têm modelo igual ao nosso: El Salvador, Guatemala, Equador e República Dominicana.

No resto do mundo, um dos critérios principais é o de densidade demográfica. Na opinião do professor José Eli da Veiga, por esse critério o Brasil teria no máximo 200 cidades e aproximadamente 800 municípios que poderiam ser caracterizados como vilas. Os demais 5 mil municípios existentes no país são vilarejos locais com menos de 30 hab. Por km<sup>2</sup>, que seriam considerados rurais tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, seja qual for sua atividade econômico.

Dentro desse contexto e observando a opinião de Graziano que é ilusão que o desenvolvimento agrícola produz o desenvolvimento rural e de que as pequenas e médias propriedades rurais têm uma gestão essencialmente familiar. O primeiro é desmentido pela renda: o número de famílias agrícolas está diminuindo, pois elas não conseguem mais sobreviver somente de rendas agrícolas. Assim, desfaz-se também o segundo, pois o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque essa família já não é mais agrícola: tornou-se pluriativa ou não-agrícola, mas continua residindo no campo. Além disso, boa parte dos estabelecimentos onde as atividades agropecuárias eram realizadas no interior das propriedades agora está sendo terceirizadas, cabendo a coordenação a um único membro da família ou alguns, mas não mais envolvendo todos seus membros, entretanto, o Brasil Rural vem crescendo a taxas maiores que o urbano, José Eli caracteriza isso como um processo de coagulação, que comprova um dinamismo dentro do Brasil rural. Existe o êxodo, mas ele se revela nos casos em que existe queda populacional ou crescimento inferior ao ritmo urbano e mais especificamente no Brasil agrícola de pequenas propriedades de baixa renda. Nos países nórdicos, Noruega e Suécia, por exemplo, o emprego industrial está mais presente nas regiões relativamente rurais e os serviços têm praticamente a mesma distribuição entre as áreas essencialmente urbanas e as relativamente rurais, quem sabe este

será o nosso futuro com a agroindústria de produtos orgânicos se consolidando mais no meio classificado como rurbano (ABRAMOVAY,2001).

## **5- METODOLOGIA DA PESQUISA:**

Para o cumprimento dos objetivos da pesquisa será prioridade a escolha por um local em que houvesse agricultores cultivando produtos orgânicos e processando. No Brasil, as experiências como estas não são muito numerosas. Embora o consumo de produto orgânico venha aumentando sistematicamente, a ocorrência de atividades verticalizadas, com a produção e processamento industrial ainda se encontram em experiências isoladas. Uma destas experiências está na Serra Geral, na Associação de Agricultores AGRECO de Santa Rosa de Lima. Entre os princípios da pesquisa desenvolvida está a valorização do conhecimento local, a integração entre agricultores e pesquisadores através da realização de atividades conjuntas e a interação dos sujeitos da pesquisa nas atividades de campo, tudo isto visto como oportunidade do pesquisador vivenciar o cotidiano dos agricultores, observar detalhes e estabelecer uma relação de igualdade, propiciando assim a espontaneidade da comunicação e dos depoimentos. A metodologia aplicada para a pesquisa foi dividida em duas etapas: a pesquisa bibliográfica, realizada para o embasamento sobre o assunto abordado e para a elaboração do método; e a pesquisa de campo, realizada através de um estudo de caso multidisciplinar, com a função de vivência e integração com os agricultores e com o meio, bem como de coleta dos dados primários. A pesquisa de campo foi apoiada em técnicas de pesquisa qualitativa: a entrevista semi-estruturada, a observação participante, a entrevista livre e a visita guiada, com o intuito de estudar como os agricultores se organizam para fornecer as mercadorias para a indústria, onde os produtos são vendidos e se os produtores estão se fixando na propriedade. Foram visitadas 8 famílias de agricultores associados à Agreco e a seleção dos mesmos será realizada aleatoriamente. Segundo Minayo (2004), a entrevista semiestruturada é o conjunto de perguntas abertas e fechadas (ou estruturadas), que serve de roteiro e facilita a abertura e o aprofundamento da comunicação, numa sequência flexível e orientada pela ênfase que o entrevistado dá aos assuntos abordados, estando, portanto o

pesquisador maleável para a introdução de questionamentos que proporcionem relatos mais profundos.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### 6.1 Um Breve histórico da Agreco

A Agreco foi fundada em 1996 em Santa Rosa de Lima, sul de Santa Catarina, Brasil. Tudo começou a partir da articulação e envolvimento de algumas famílias na produção de vegetais orgânicos em parceria com uma rede de supermercados de Florianópolis.

Figura 1: Imagem fotográfica da região do Município de Santa Rosa de Lima, SC



Fonte: Google images (2015)

Em 1991, no Município de Santa Rosa de Lima, um caminho de aproximação entre os que foram para a “cidade” (outros centros urbanos) e os que ficaram no “campo” (o próprio Município como um todo) foi se desenhando pelo conagraçamento, através da realização de uma festa, a Gemüse Fest. A partir dela e de reuniões surgiram parcerias que foram nascendo e se fortalecendo.

Em setembro de 1996, um grupo de agricultores aceitou o desafio feito por um supermercadista, natural do lugar, de produzir hortifrutigranjeiros de forma ecológica. A partir deste fato, buscaram se organizar, contando também com a colaboração de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de técnicos do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (Cepagro) e da Empresa de Pesquisa Agrícola e de Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), além de incentivo do poder público local.

Com uma primeira produção em andamento, em dezembro de 1996, o grupo formalizou-se, criando a Agreco – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. Naquela oportunidade, 12 famílias de agricultores, das localidades de Rio do Meio e Santa Bárbara, se reuniram em Assembleia Geral para discutir e aprovar proposta de Estatuto e para constituir a primeira diretoria da Associação.

Logo outras famílias de agricultores passaram a fazer parte da Agreco e o trabalho se expandiu para outros municípios das Encostas da Serra Geral. O grupo fundador da Agreco se organizou em torno da atividade de olericultura sem o uso de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos, ocupando uma área cultivada de aproximadamente seis hectares em diferentes propriedades. Desta área, dois hectares eram manejados no sistema de cultivo protegido. A produção semanal era transportada para Florianópolis.

Neste processo, adotou-se um sistema de rodízio associado à diversificação de culturas, ficando a produção de mudas centralizada em um único viveiro e a sua distribuição, controlada pela associação. Segundo Adilson Lunardi, cooperado e diretor financeiro, o projeto inicial de fornecimento de hortifruti para Florianópolis se inviabilizou, visto que empresas fortes se instalaram no entorno da capital com logística mais barata e o retorno de mercadoria passou a ser um problema constante, onde a nascente agroindústria, com objetivos de agregar valor e preservar o alimento, ganhando mais tempo de prateleira foi à saída.

A necessidade de atender padrões de qualidade estabelecidos pelo mercado motivou o desenvolvimento do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Hoje, as agroindústrias rurais de pequeno porte já permitem uma maior agregação de valor aos produtos e a ampliação das possibilidades de mercado para a região. Nessa ampliação e na viabilização das iniciativas complementares entrou também como parceiro, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Com a ampliação da produção de matéria-prima também surgiram agroindústrias de pequeno porte. Atualmente são produzidas grande variedade e

quantidade de alimentos orgânicos que são comercializados pela Cooperagreco na Alimentação Escolar, restaurantes e lojas de todo Brasil.

As propriedades dos agricultores desenvolvem a criação animal e a produção vegetal de forma complementar, aproveitando com equilíbrio os recursos naturais.

A área de produção da Agreco fica integrada com a mata atlântica preservada, garantindo um ambiente favorável para a prática da Agroecologia. São diversas atividades desenvolvidas de forma integrada para dinamizar o resultado das criações e lavouras e produzir alimentos saudáveis e saborosos.

## 6.2 Agreco Produtos Orgânicos

Toda a produção e processamento da Agreco tem certificação orgânica pela ECOCERT.

Os produtos da marca Agreco são elaborados com matéria-prima própria. Os vegetais são processados frescos, logo após a colheita para preservar as propriedades e sabor dos alimentos.

**Figura 2 - Produtos da linha Agreco**



Fonte: Agreco (2015)

## 6.3 Perfil dos Agricultores:

### 6.3.1. Idade Média dos Agricultores

A idade média dos agricultores envolvidos no projeto está em torno de 45 anos, ou seja, não é uma população jovem, é composta de agricultores que já vivenciaram experiências anteriores ou experimentaram outras atividades inerentes ao meio rural (IBGE, 2015). O maior aumento na idade média da população rural entre 1991 e 2010 se deu na região Sul: 7,5 anos, onde a idade média passou de 27,4 para 34,9 anos.

### 6.3.2 - Grau de Instrução dos Agricultores

Interessante observar o grau de instrução dos agricultores envolvidos, dois com nível superior, quatro com nível médio e dois com nível fundamental.

No Brasil a média de escolaridade dos produtores rurais é considerada como 81,4% com o ensino Fundamental incompleto ou menos; 8,4% com o ensino Fundamental completo; 7,3% com o ensino Médio ou técnico completo e 2,8% com o ensino Superior completo (IBGE, 2006).

Observa-se que o grau de instrução dos agricultores da Agreco é mais alto quando comparado com a média brasileira, isso permite um bom entendimento dos processos de produção orgânico além da habilitação como produtor orgânico.

### 6.3.3 Número de familiares envolvidos:

Dos agricultores entrevistados e na média praticamente todos os membros familiares estavam envolvidos ou com a produção orgânica no campo ou com a agroindústria, explicando o índice pesquisado. No caso do Sr. Sérgio Baumman, a filha, farmacêutica, trabalhava na profissão em uma cidade próxima e decidiu retornar para a atividade rural e produzir frutas secas orgânicas, junto com sua família.

### 6.3.4 Número de empregados permanentes

O número de empregados permanentes é pequeno, na média apenas 1 por família, o Sr. José Lucas Schimidt que tem um abatedouro de frango orgânico apresenta uma demanda agroindustrial maior, explicando os 3 funcionários permanentes e 8 funcionários temporários.

### 6.3.5 Número de empregados temporários

Na média apresentam-se poucos têm empregados temporários, as famílias se cotizam tanto nos afazeres de campo como nos relativos à agroindústria.

#### 6.3.6 Área da Propriedade

Na média a área das propriedades gira em torno de 20 ha, configurando quantidade de até 4 módulos rurais, ou seja, trata-se da agricultura familiar, com todos direitos de apoio ao pequeno produtor rural, como o Pronaf.

#### 6.3.7 Área destinada à produção de Orgânicos e outros.

A área de orgânicos é de aproximadamente 2,0ha, as áreas maiores destinadas à produção de orgânicos geralmente são de mata apícola. Conforme observado, o restante é utilizado para pastagens ou reserva de mata, como APP(Área de Preservação Permanente ou Reserva Legal).

### 6.4 Perfil Sócio Econômico

#### 6.4.1-Renda Proveniente de Produtos Orgânicos.

Na média 80% da renda dos produtores são provenientes da produção de orgânicos, os que detêm índices menores estão começando com outro produto orgânico para que o índice aumente, este é o caso de Sérgio Baumman que iniciou uma pequena produção de frutas secas este mês, não possuindo ainda índices econômicos desta nova atividade.

#### 6.4.2-Venda para o processamento da matéria-prima pela Agreco e outros.

Na média 91% de entrega dos produtos para Agreco processar ou colocar no padrão da Cooperativa, observa-se que as vendas na propriedade ou em feiras locais é muito pouco, ou seja, para produtos processados a venda em rede local é pequena, a Agreco distribui para todo mercado regional e até interestadual, portanto, com grande alcance comercial. A propriedade do Marcel Schimidt funciona o agro turismo, o mesmo tem uma Agroindústria de processamento de frutas, tais como morangos e geleias, as vendas para o público que frequenta a propriedade é considerável, atingindo 20% de suas receitas, porém são poucas as empresas que trabalham com mais fonte alternativa de renda.

#### 6.4.3 Negociações dos Produtores rurais com a agroindústria.

De acordo com as vendas gerais a Agreco consigna com os cooperados a quantidade do que será produzido, quanto ao que deve ser produzido existe um estudo de aptidão e tradição do agricultor na atividade, por exemplo, aqueles que tradicionalmente produziam hortaliças de maneira convencional, transferiram para a produção orgânica parte de seu conhecimento e continuam nesta atividade. Quanto ao risco de Comercialização o que ficou quase unânime é que o risco é do grupo, ou seja, os prejuízos são rateados entre os sócios.

#### 6.4.4 Aquisição de Insumos e a logística de transporte das Mercadorias produzidas.

De acordo com as entrevistas a negociação e compra de insumos, principalmente os ligados a embalagens como a aquisição dos vidros e outras embalagens utilizadas nas Agroindústrias são feitas pela própria Agreco que consegue um preço melhor devido principalmente à escala de compra. Quanto ao transporte das mercadorias, principalmente aos produtos prontos, normalmente é realizada pela Cooperativa, pois faz parte da logística de entrega.

#### 6.4.5 Tempo médio de associado.

A média de tempo associado é de 15,5 anos, constata-se que a maioria dos cooperados entrevistados são sócios fundadores. Segundo Adilson Lunardi, para associar-se faz-se necessário produzir orgânico, ou seja, transformar a propriedade em orgânico certificada por uma empresa especializada em certificação de orgânicos e fazer um curso de cooperativismos para se habilitar como sócio.

#### 6.4.6 Quais as vantagens na percepção dos entrevistados em se tornar associado da Agreco.

Para a grande maioria dos entrevistados a vantagem principal de associar-se à Agreco é a garantia da comercialização.

Outra vantagem também citada é que à medida que a Cooperativa garante o fornecimento de vários produtos o ano inteiro não ocorre o risco de quebra de contrato comercial, em razão de que alguns produtos sazonais cuja garantia na prateleira não ocorrem o ano todo.

Outra vantagem relatada é a possibilidade de trabalhar com insumos que não prejudiquem a saúde e o meio ambiente, além da melhoria da qualidade de vida com a produção de orgânicos.

#### 6.4.7 Migração de familiares.

Não houve relato pelos entrevistados de migração de familiares para outras regiões. Vale ressaltar que em alguns casos está ocorrendo o retorno de parentes que se mudaram há muito tempo e estão retornando à região, tendo em vista a possibilidade de melhoria nas condições de vida.

#### 6.4.8 Fatores aos quais levou à produção de produto orgânico.

A baixa rentabilidade na produção da cultura do fumo, o que levou muitos produtores rurais à inadimplência e à falência, os riscos da monocultura, o uso intensivo de agrotóxico. A cultura do fumo que apresenta componentes tóxicos na matéria prima e acabava intoxicando são fatores preponderantes. A produção de orgânicos como perspectiva de cultura mais saudável, além da possibilidade de venda mais organizada através da cooperativa. A influência de amigos e parentes que iniciaram a produção de orgânicos é outro fator.

### **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Analisando os itens pesquisados, no caso da Coperagreco, chega-se a conclusão de que o objetivo específico, onde se levanta a hipótese de que sustentabilidade das famílias envolvidas está acontecendo ficou comprovado na pesquisa realizada com as 8 famílias, pois todos estão ampliando as estruturas físicas da agroindústria de suas propriedades, além da ampliação das áreas cultivadas.

O abandono da atividade anterior como a fumicultura é geral, todos estão envolvidos com agricultura mais saudável, não se envolvendo mais com agrotóxicos e com produtos que não estejam dentro do rol dos permitidos pela agricultura orgânica.

Outro item específico, como a emigração também é unânime, observando-se o retorno de alguns familiares que se encontra em atividades formais nas grandes cidades e que estão retornando para o campo, face as novas oportunidades que a Coperagreco vem apresentando, como ampliação das áreas existentes ou pela demanda de mais produto ou para suprir novas oportunidades.

## 8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Brasil Rural - Na Virada do Milênio**. Encontro de Pesquisadores e Jornalistas, 2001.p.15.
- ALTIERI, M. A. & NICHOLS, C. I. **Agroecologia**: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. Revista Ciência & Ambiente, Santa Maria, 2003.
- BOLFE, E. L. SIQUEIRA. E. R & BOLFE. A.P.F. Sistemas Agroflorestais Sucessionais: Uma Prática Agroecológica. In: **Ciência e ambiente/** Universidade Federal de Santa Maria. UFSM, 2003. p.8 – 94.
- BUSARELLO, Carla Spillere. **Microempreendedor Individual e Cooperativismo Descentralizado (ou virtual)**: um estudo comparativo a partir da perspectiva da agricultura familiar. 2013. Monografia - UNESC, Criciúma, 2013.
- CARMO, M. S. “Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica”. IN **Agricultura Ecológica** (AMBROSANO, E.) . Guaíba, Livraria e Editora Agropecuária, 1999.
- DORIGON,C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**: em construção. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- EPAGRI;DESENVOLVER & APACO. **Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense**.Chapecó.1999. 123p. Mimeo.
- ESTEVAM, et al. **Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade**: o caso dos Agricultores Familiares da Região do Sul do Estado de Santa Catarina. Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Belém, 2012.
- ELI,J. **Brasil Rural- Na Virada do Milênio**. Encontro de Pesquisadores e Jornalistas, 2001.p.13.
- FAO - in: **Food Safety and Quality as Affected by Organic Farming. The Status of Organic Agriculture in Europe**. Twenty Second FAO Regional Conference for Europe Porto, Portugal, 24-28 July 2000. Disponível na Internet: [<http://www.fao.org>]
- FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 354f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GAZETA MERCANTIL, AGRIBUSINESS. “**Exportadores investem em carne orgânica**” 07 de agosto de 2001pág B-20.
- GOODMAN, D. The “quality turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v.19, p. 1-7, 2003.

GRAZIANO,J.,S. **Brasil Rural-Na Virada do Milênio**. Encontro de Pesquisadores e Jornalistas, 2001.p.21

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em <http://www.ibge.gov.br> – acessado em 14/03/2014.

International Trade Center UNCTAD/WTO **Organic Food and Beverages:world supply and major European markets**. Geneva, ITC,1999, XIV 272 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticias&id=1&busca=1&noticia=2017> >acesso em 10/02/2015.

IFOAM ORGANIC INTERNATIONAL. **IFOAM: Orgânicos em pleno crescimento**. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2013/04/ifoam-organicos-em-pleno-crescimento/> Acesso em: 04 Mar. 2015.

JUNGMANN,R. **Brasil Rural-Na Virada do Milênio**.Encontro de Pesquisadores e Jornalistas, 2001.p.5

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.

MARCONDES,T. et al. **Os empreendimentos de agregação valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**.Florianópolis:Epagri,2012.

MASCARENHAS, G. A.; Biscaro, F. **Mercados aquecidos estimulam produção de alimentos orgânicos**. GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 6 set. 2000. Por Conta Própria, p.8.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004. 269p.

MIOR,L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Ed.Argos,2005,318p.

MONTOYA; RODIGHERI. H. & SILVA. V. P. **A Agricultura Familiar e os Sistemas Agroflorestais**. In: Ciência e ambiente/ Universidade Federal de Santa Maria. UFSM, 2003.p.74-84.

PENEIREIRO. F.M. **Fundamentos da Agrofloresta Sucessional**. In: Seminário de Capacitação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Centro de Ciências Agrárias – UFSC – Florianópolis, 2006. p. 96 – 103.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Disponível em<[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/anexos/perfil\\_do\\_produto\\_r\\_ural\\_-2012\\_.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/anexos/perfil_do_produto_r_ural_-2012_.pdf) >acesso em 02/01/2015.

SILVA, J. F. G.; GROSSI, M. E. Del; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, EMBRAPA - Brasília, v. 19, jan/abril, p. 37-67, 2002.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.13, 1999.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J.; DORIGON, C.; MIOR, L. C. The emergence of SME agroindustry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the south of Brazil. In: SILVA, C. A. da; MHLANGA, N. **Innovative Policies and Institutions to Support Agro-Industries Development**. Roma: FAO, 2011. p.87-119.